

**SECULARIZAÇÃO E AS
CONSEQUÊNCIAS DO
INDIVIDUALISMO NA
SOCIEDADE DO SUJEITO:
RECONHECIMENTO,
SOFRIMENTO PSÍQUICO E
BUSCA DE SENTIDO NA
MODERNIDADE TARDIA**

SECULARIZATION AND THE CONSEQUENCES OF INDIVIDUALISM IN THE
SOCIETY OF THE SUBJECT: RECOGNITION, PSYCHIC SUFFERING, AND THE
SEARCH FOR MEANING IN LATE MODERNITY

Ciências Humanas • 13/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781234369](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781234369)

Javan Ferreira¹

RESUMO

O presente artigo analisa as relações entre secularização, individualismo e sofrimento psíquico na modernidade tardia, investigando os impactos da centralidade contemporânea do sujeito sobre as formas de construção identitária, pertencimento social e produção de sentido. Parte-se da compreensão de que a secularização não deve ser interpretada apenas como declínio da religião, mas como transformação das condições culturais da crença e da descrença nas sociedades modernas. A partir do diálogo com Charles Taylor, Peter Berger, José Casanova, Byung-Chul Han, Zygmunt Bauman, Axel Honneth, Hartmut Rosa e Miroslav Volf, argumenta-se que a ampliação da autonomia individual, embora constitua uma das mais importantes conquistas da modernidade, produziu efeitos ambivalentes. Ao mesmo tempo em que favoreceu processos de emancipação, também contribuiu para a fragilização dos vínculos comunitários, para a intensificação do isolamento social e para o crescimento de experiências relacionadas à ansiedade, à solidão e à perda de referenciais compartilhados de significado. O artigo sustenta que a crise contemporânea pode ser interpretada como uma crise de reconhecimento, pertencimento e sentido. Nesse contexto, religião, espiritualidade e experiências comunitárias permanecem relevantes como recursos simbólicos capazes de contribuir para a reconstrução de vínculos humanos, da confiança social e da esperança coletiva.

Palavras-chave: Secularização; Individualismo; Modernidade tardia; Reconhecimento; Espiritualidade; Ciência da Religião.

ABSTRACT

This article examines the relationship between secularization, individualism, and psychological suffering in late modernity, investigating the impacts of subject-centered culture on

contemporary forms of identity construction, social belonging, and meaning-making. Based on the understanding that secularization should not be interpreted merely as the decline of religion but rather as a transformation in the cultural conditions of belief and unbelief in modern societies, the article engages in dialogue with Charles Taylor, Peter Berger, José Casanova, Byung-Chul Han, Zygmunt Bauman, Axel Honneth, Hartmut Rosa, and Miroslav Volf. It argues that individual autonomy, while representing one of the greatest achievements of modernity, has generated ambivalent consequences. Alongside processes of emancipation, it has contributed to the weakening of community ties, the intensification of social isolation, and the growth of experiences associated with anxiety, loneliness, and the loss of shared horizons of meaning. The article contends that the contemporary crisis can be understood as a crisis of recognition, belonging, and meaning. In this context, religion, spirituality, and communal experiences remain relevant symbolic resources for rebuilding human bonds, social trust, and collective hope.

Keywords: Secularization; Individualism; Late Modernity; Recognition; Spirituality; Religious Studies.

1. INTRODUÇÃO

Poucos fenômenos marcaram tão profundamente a constituição das sociedades contemporâneas quanto o avanço simultâneo da secularização e da individualização. Embora distintos, esses processos encontram-se profundamente interligados na formação daquilo que diversos autores identificam como a cultura da modernidade tardia.

Ao longo dos últimos séculos, o Ocidente testemunhou transformações significativas nas formas pelas quais os indivíduos compreendem a si mesmos, organizam suas relações sociais e atribuem significado à existência. A autoridade das tradições religiosas, das instituições comunitárias e das estruturas coletivas de pertencimento foi progressivamente relativizada, enquanto a autonomia individual passou a ocupar posição central na construção das identidades contemporâneas.

Esse movimento produziu conquistas inegáveis. A ampliação dos direitos individuais, da liberdade de consciência, da autonomia moral e da pluralidade cultural representa uma das realizações mais importantes da modernidade. Contudo, ao lado do fortalecimento da autonomia, observa-se o crescimento de fenômenos como solidão, ansiedade, depressão, fragmentação comunitária e enfraquecimento dos vínculos sociais — fenômenos que não podem ser reduzidos a fragilidades individuais, mas que expressam tensões estruturais da cultura contemporânea.

A questão central deste artigo consiste em compreender como a secularização e a crescente centralidade do sujeito contribuíram para a formação de uma cultura marcada pelo individualismo e quais são as consequências desse processo para a saúde mental, para as formas de reconhecimento social e para a construção de sentido na contemporaneidade. O argumento que orienta o texto sustenta que a secularização não eliminou a necessidade humana de pertencimento, transcendência e reconhecimento. Ao contrário, ao deslocar a produção de sentido para a esfera da subjetividade individual, tornou ainda mais evidente a tensão entre autonomia e interdependência que caracteriza a condição humana.

Para desenvolver essa reflexão, o artigo articula contribuições da Ciência da Religião, da sociologia, da filosofia social e da teoria crítica contemporânea, estabelecendo diálogo especialmente com Charles Taylor, Peter Berger, José Casanova, Byung-Chul Han, Hartmut Rosa, Axel Honneth, Zygmunt Bauman e Miroslav Volf.

2. METODOLOGIA

O presente artigo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, desenvolvida a partir da análise crítica de obras clássicas e contemporâneas da Ciência da Religião, da sociologia da religião, da teoria social e da filosofia social. O procedimento metodológico adotado consiste na revisão teórica e na interpretação hermenêutica de categorias centrais para a compreensão da modernidade tardia, especialmente secularização, individualismo, reconhecimento, ressonância, espiritualidade e bem comum.

A pesquisa privilegia uma abordagem interdisciplinar, articulando contribuições de diferentes campos do conhecimento com o objetivo de compreender os impactos socioculturais da centralidade contemporânea do sujeito sobre as formas de pertencimento, construção identitária e produção de sentido. Não se pretende testar hipóteses empíricas nem produzir generalizações estatísticas: o propósito consiste em desenvolver uma interpretação crítica das transformações culturais associadas à secularização e à individualização, identificando convergências analíticas entre autores que, embora provenientes de tradições teóricas distintas, compartilham preocupações semelhantes acerca da condição humana contemporânea.

3. SECULARIZAÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CRENÇA

Durante grande parte do século XX, a teoria da secularização ocupou posição central nos debates sociológicos sobre religião. Em suas formulações clássicas, ela foi frequentemente compreendida como consequência natural dos processos de modernização, racionalização e diferenciação funcional das instituições sociais. Max Weber havia identificado na racionalização crescente da vida moderna um processo de "desencantamento do mundo", caracterizado pela substituição progressiva das explicações mágicas por formas racionais de interpretação da realidade. Peter Berger, em obras como *O dossel sagrado* (1967), também sustentava que a modernidade tenderia a enfraquecer a plausibilidade social das crenças religiosas, na medida em que o pluralismo corrói as estruturas de "manutenção da plausibilidade" que sustentam a fé.

O desenvolvimento histórico das últimas décadas, porém, revelou a necessidade de revisão dessas interpretações. O crescimento de movimentos religiosos em diferentes regiões do mundo, a expansão de novas formas de espiritualidade e a permanência vigorosa da religião na esfera pública demonstraram que a modernidade não conduziu necessariamente ao desaparecimento do fenômeno religioso — e o próprio Berger revisou seu pensamento de forma explícita, reconhecendo que a teoria clássica da secularização havia sido empiricamente refutada.

Nesse movimento de revisão, as contribuições de José Casanova assumem importância decisiva. Em *Public Religions in the Modern World* (1994), Casanova propõe distinguir três dimensões do processo de secularização: a diferenciação institucional entre religião

e outras esferas sociais; o declínio das práticas religiosas; e a privatização da religião. Para o autor, apenas a primeira dimensão pode ser considerada característica geral da modernidade. As demais variam conforme contextos históricos e culturais específicos. A secularização, assim compreendida, não significa o desaparecimento da religião, mas sua transformação estrutural e, em muitos casos, o surgimento de novas formas de presença pública.

3.1. Charles Taylor e a Secularização Como Mudança de Horizonte Cultural

É Charles Taylor, porém, quem oferece a reformulação mais abrangente e filosoficamente densa da teoria da secularização. Em *Uma era secular* (2007; ed. brasileira: Unisinos, 2010), Taylor desloca radicalmente a pergunta de partida: em vez de perguntar por que as pessoas deixaram de acreditar em Deus, o autor procura compreender como se tornou possível viver plenamente sem recorrer a referências transcendentais — e por que essa possibilidade simplesmente não existia nas sociedades pré-modernas.

Segundo Taylor, nas sociedades ocidentais pré-modernas a crença religiosa constituía o horizonte praticamente inevitável da experiência humana. A existência de Deus, a realidade do transcendente e a inserção da vida individual em uma ordem cósmica compartilhada eram amplamente pressupostas. A modernidade altera profundamente esse cenário: a crença continua possível, mas deixa de ser inevitável. O indivíduo contemporâneo encontra-se diante de múltiplas alternativas interpretativas igualmente disponíveis. Crer ou não crer tornam-se possibilidades

socialmente legítimas que precisam ser sustentadas reflexivamente — e não simplesmente herdadas.

A secularização, portanto, não significa necessariamente perda da fé, mas pluralização dos horizontes de significado. Essa perspectiva desloca profundamente o debate contemporâneo sobre religião, permitindo compreender por que experiências religiosas e espirituais permanecem relevantes mesmo em sociedades altamente modernizadas.

3.2. O Surgimento do Self Moderno

A transformação das condições de crença está diretamente relacionada ao surgimento de uma nova compreensão da subjetividade. Taylor identifica a emergência do que denomina *self* protegido (*buffered self*), em contraste com o *self* poroso (*porous self*) característico das sociedades pré-modernas. O *self* poroso compreendia-se como profundamente integrado ao cosmos, à comunidade e ao transcendente; as fronteiras entre indivíduo, sociedade e mundo espiritual eram relativamente permeáveis. O *self* moderno, por sua vez, passa a perceber-se como entidade autônoma, autoconsciente e relativamente independente das influências externas.

Essa mudança constitui um dos fundamentos antropológicos da modernidade. Ao tornar-se o principal agente da construção de sua própria identidade, o indivíduo assume responsabilidades inéditas na produção de sentido para sua existência. A autonomia moderna representa uma conquista histórica fundamental. Contudo, ela também inaugura novos desafios existenciais: quando as grandes narrativas coletivas perdem parte de sua capacidade organizadora, a

responsabilidade pela construção do significado da vida desloca-se crescentemente para o próprio sujeito — e é precisamente nesse contexto que emergem as formas contemporâneas de individualismo.

4. A SOCIEDADE DO SUJEITO E A CULTURA DA AUTENTICIDADE

As transformações associadas à secularização não podem ser compreendidas apenas em termos institucionais ou religiosos. Elas implicam profundas mudanças na forma como os indivíduos percebem a si mesmos e organizam suas identidades. Taylor identifica esse processo como parte da emergência daquilo que denomina *cultura da autenticidade*: o ideal moderno segundo o qual cada indivíduo deve descobrir e expressar sua própria maneira singular de ser.

A autenticidade constitui uma das heranças mais importantes da modernidade. Ela representa a valorização da dignidade individual, da liberdade de consciência e da legitimidade das diferenças. Em oposição às estruturas rígidas das sociedades tradicionais, reconhece o direito de cada pessoa construir sua própria trajetória de vida. Taylor, porém, adverte para as dimensões ambivalentes dessa conquista: quando desvinculada de horizontes compartilhados de significado, a busca pela autenticidade pode transformar-se em fechamento narcísico e empobrecimento das relações humanas. A autonomia corre o risco de converter-se em isolamento.

O indivíduo moderno é continuamente incentivado a voltar-se para si mesmo, explorar seus desejos, desenvolver suas potencialidades e construir sua identidade. Embora esse movimento favoreça a

liberdade pessoal, pode igualmente enfraquecer vínculos sociais que historicamente desempenharam papel fundamental na constituição da subjetividade. A *sociedade do sujeito* — expressão que refere essa transformação cultural pela qual o indivíduo torna-se a principal fonte de legitimação moral, existencial e identitária de sua própria vida — não conduz inevitavelmente ao individualismo radical, mas cria condições favoráveis para sua expansão quando a liberdade individual deixa de ser equilibrada por relações de reconhecimento, responsabilidade e pertencimento.

5. BYUNG-CHUL HAN E A PATOLOGIZAÇÃO DA LIBERDADE

Entre os autores contemporâneos que mais profundamente analisaram as consequências da centralidade moderna do sujeito destaca-se o filósofo sul-coreano Byung-Chul Han. Em *Sociedade do cansaço* — publicado originalmente em alemão como *Müdigkeitsgesellschaft* (2010) e traduzido ao português em edição ampliada pela Vozes em 2017 —, Han parte da constatação de que as formas de poder características da modernidade sofreram transformações significativas. Inspirando-se criticamente em Michel Foucault, o autor argumenta que a *sociedade disciplinar*, estruturada pela vigilância, pela repressão e pela obediência, foi gradualmente substituída por uma *sociedade do desempenho*.

Na sociedade disciplinar predominava a lógica da proibição; na sociedade do desempenho predomina a lógica da possibilidade. O sujeito contemporâneo não é mais confrontado prioritariamente com ordens que limitam sua ação, mas é constantemente estimulado a produzir mais, consumir mais, comunicar mais e realizar mais. Aparentemente, trata-se de um cenário de liberdade ampliada. Entretanto, Han identifica aí uma nova forma de

dominação: o indivíduo deixa de ser explorado por forças externas e passa a explorar a si mesmo. O trabalhador transforma-se em empreendedor de si; o estudante converte-se em gestor permanente de sua própria *performance*; o cidadão passa a administrar continuamente sua imagem, produtividade e eficiência. A liberdade converte-se em mecanismo de autocooção.

Essa interpretação ajuda a compreender por que diversas patologias contemporâneas diferem significativamente das enfermidades predominantes em períodos anteriores. Han descreve sua tese de forma direta: "Cada época tem suas enfermidades fundamentais. [...] A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. [...] As doenças neuronais como depressão, transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL) ou a síndrome de Burnout determinam a paisagem patológica do começo do século XXI" (HAN, 2017, p. 7-8). A depressão, a síndrome de burnout, os transtornos de ansiedade e o esgotamento emocional não são apenas problemas individuais, mas sintomas sociais produzidos por uma cultura que transforma a autorrealização em obrigação permanente. O sujeito fracassa não porque lhe foi negada liberdade, mas porque lhe foi atribuída responsabilidade ilimitada.

Em *Psicopolítica* (ed. brasileira: Âyiné, 2018), Han aprofunda esse diagnóstico ao analisar como o neoliberalismo produziu formas sofisticadas de dominação que operam não pela repressão, mas pela sedução da liberdade. O sujeito neoliberal não sente que está sendo coagido — acredita estar se realizando. É precisamente essa invisibilidade do mecanismo de poder que o torna particularmente eficaz. Sob essa perspectiva, o sofrimento psíquico adquire

significado sociológico: não expressa apenas fragilidades pessoais, mas tensões estruturais presentes na cultura contemporânea.

6. MODERNIDADE LÍQUIDA E A FRAGILIDADE DOS VÍNCULOS SOCIAIS

As análises de Zygmunt Bauman complementam e contextualizam esse diagnóstico a partir de outra perspectiva. Em *Modernidade líquida* — publicado originalmente como *Liquid Modernity* (Polity Press, 2000) e traduzido ao português pela Zahar em 2001 —, Bauman argumenta que a principal característica da modernidade contemporânea consiste na crescente *liquefação* das estruturas sociais. A metáfora da liquidez procura descrever uma realidade em que instituições, relacionamentos e identidades tornam-se cada vez mais flexíveis, transitórios e instáveis.

Nas sociedades industriais clássicas, grande parte da vida era organizada por instituições relativamente duradouras — família, comunidade local, igreja, profissão e Estado —, que forneciam referenciais estáveis para a construção das identidades individuais. A modernidade líquida altera profundamente essa configuração: empregos tornam-se temporários, relações afetivas tornam-se mais frágeis, projetos biográficos tornam-se continuamente revisáveis, comunidades tornam-se menos permanentes. A identidade transforma-se em tarefa; cada indivíduo passa a ser responsável pela constante reconstrução de si mesmo.

Essa situação produz oportunidades inéditas de liberdade, mas também insegurança crescente. Como observa Bauman, "a tarefa de construir uma identidade sólida e durável é hoje muito mais difícil do que em épocas passadas, não por falta de vontade ou

determinação, mas pela ausência de bases estáveis sobre as quais edificá-la" (BAUMAN, 2001, p. 88). O indivíduo deseja liberdade, mas continua necessitando de pertencimento — e a tensão entre essas duas dimensões torna-se uma das marcas fundamentais da condição humana contemporânea.

A crítica de Bauman não constitui defesa nostálgica de formas tradicionais de organização social. Seu objetivo é evidenciar os custos humanos associados à fragilização dos vínculos sociais, especialmente em sociedades que transferem para o indivíduo responsabilidades anteriormente compartilhadas por instituições e comunidades. Essa fragilidade possui consequências importantes para a compreensão do fenômeno religioso: em contextos marcados pela liquidez social, as funções de produção de pertencimento, solidariedade e continuidade simbólica historicamente exercidas pelas tradições religiosas não desaparecem — em muitos casos, tornam-se ainda mais significativas. A persistência das experiências religiosas na modernidade pode ser interpretada, em parte, como resposta à necessidade humana de estabilidade simbólica e reconhecimento social que a liquefação das estruturas sociais torna mais visível, não menos.

7. RECONHECIMENTO E IDENTIDADE: CONTRIBUIÇÕES DE AXEL HONNETH

Uma das contribuições mais importantes da teoria social contemporânea para a compreensão da crise do sujeito moderno encontra-se na obra de Axel Honneth. Em *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (ed. original alemã: 1992; ed. brasileira: Editora 34, 2003), Honneth procura demonstrar que a constituição da identidade humana depende fundamentalmente

das relações intersubjetivas. O indivíduo não constrói a si mesmo de maneira isolada: sua identidade emerge e se desenvolve por meio de experiências de reconhecimento recebidas de outras pessoas e instituições.

Essa perspectiva rompe com determinadas concepções modernas que tendem a compreender o sujeito como entidade autossuficiente e independente. Para Honneth, a autonomia pessoal não constitui o ponto de partida da vida social, mas seu resultado: ela depende de processos de reconhecimento que confirmam o valor do indivíduo. A autoconfiança, o autorrespeito e a autoestima dependem de relações sociais específicas e estruturadas.

Em sua formulação clássica, Honneth identifica três esferas fundamentais de reconhecimento. A primeira corresponde às relações afetivas — especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito da família, da amizade e dos vínculos amorosos —, nas quais o indivíduo desenvolve a autoconfiança básica para sua inserção no mundo. A segunda esfera refere-se ao reconhecimento jurídico, por meio do qual os indivíduos são reconhecidos como sujeitos de direitos, dotados de dignidade e igualdade perante a lei. A terceira esfera corresponde à estima social, isto é, ao reconhecimento das contribuições individuais para a vida coletiva. Quando essas formas de reconhecimento são negadas ou fragilizadas, surgem experiências de sofrimento moral que afetam profundamente a constituição da identidade.

Essa perspectiva oferece uma chave interpretativa importante para compreender diversas manifestações contemporâneas de sofrimento psíquico. A ansiedade, a solidão e os sentimentos de inadequação frequentemente não decorrem apenas de conflitos

intrapésíquicos: podem estar diretamente relacionados à fragilização das estruturas sociais responsáveis pela produção do reconhecimento. Nesse sentido, a crise contemporânea pode ser interpretada não apenas como crise econômica ou institucional, mas também como crise de reconhecimento: os indivíduos tornam-se cada vez mais livres para definir quem desejam ser, mas encontram crescentes dificuldades para experimentar relações estáveis que confirmem e sustentem suas identidades.

8. HARTMUT ROSA E A TEORIA DA RESSONÂNCIA

Se Honneth contribui para compreender a importância do reconhecimento, Hartmut Rosa oferece uma categoria particularmente fecunda para interpretar a busca contemporânea por significado: a ressonância. Desenvolvida de forma sistemática em *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung* (Suhrkamp, 2016), a teoria da ressonância constitui uma das mais influentes tentativas recentes de compreender os efeitos existenciais da modernidade tardia.

Segundo Rosa, o principal problema das sociedades contemporâneas não reside apenas na aceleração social — objeto de sua análise anterior —, mas na deterioração da qualidade das relações que os indivíduos estabelecem com o mundo. A modernidade é marcada por um impulso permanente de expansão, crescimento e aceleração: produz-se mais, consome-se mais, comunica-se mais e desloca-se mais rapidamente. Contudo, a multiplicação das experiências não produz necessariamente aprofundamento da experiência humana. Muitas vezes gera alienação — não no sentido estritamente econômico, mas como relação empobrecida com o mundo, na qual os indivíduos deixam

de sentir-se verdadeiramente conectados às pessoas, às instituições, à natureza e a si mesmos.

Em oposição à alienação, Rosa propõe a categoria de ressonância. A ressonância ocorre quando o sujeito experimenta uma relação viva e transformadora com algo que o interpela — não como controle, domínio ou apropriação, mas como encontro. Como descreve o próprio autor: "Ressonância não é um estado de eco, mas um modo de relacionar-se com o mundo em que sujeito e objeto se transformam mutuamente; é o oposto da alienação" (ROSA, 2016, apud PLURA, 2024). A experiência ressonante caracteriza-se por abertura recíproca, transformação mútua e produção de significado.

Rosa identifica diferentes eixos de ressonância: nas relações interpessoais, na experiência estética, na relação com a natureza, no engajamento político, na produção intelectual e na experiência religiosa. A relevância dessa teoria para a Ciência da Religião é evidente: ela permite compreender a persistência da espiritualidade em sociedades secularizadas sem recorrer a explicações reducionistas. A religião não aparece apenas como conjunto de crenças ou instituições, mas como possibilidade de relação significativa com o mundo — e é precisamente essa dimensão que explica sua permanência em contextos de alta modernização.

9. SOFRIMENTO PSÍQUICO, PERTENCIMENTO E CRISE DE SENTIDO

As contribuições de Taylor, Han, Bauman, Honneth e Rosa convergem para um diagnóstico comum: a crise contemporânea não pode ser reduzida a fatores econômicos, políticos ou

tecnológicos. Ela envolve uma profunda transformação das formas de pertencimento, reconhecimento e produção de sentido.

O sujeito moderno conquistou níveis inéditos de autonomia. Entretanto, a autonomia não eliminou necessidades antropológicas fundamentais. Os seres humanos continuam necessitando de vínculos afetivos, de reconhecimento, de experiências significativas de pertencimento e de narrativas que lhes permitam interpretar suas vidas e projetar esperança para o futuro. A fragilização dessas dimensões ajuda a compreender o crescimento dos transtornos relacionados à saúde mental observado em diversas sociedades contemporâneas. A solidão tornou-se objeto crescente de investigação acadêmica justamente porque evidencia que o ser humano não foi constituído para existir de maneira radicalmente isolada.

Sob essa perspectiva, a crise de saúde mental observada na modernidade tardia pode ser interpretada também como crise de sentido. A secularização ampliou o campo das escolhas individuais, mas não eliminou as perguntas fundamentais da existência: Quem sou? Para que vivo? Qual é o sentido do sofrimento? O que justifica o compromisso com o outro? O que torna uma vida digna de ser vivida? Essas questões permanecem abertas e continuam mobilizando tanto a reflexão filosófica quanto as tradições religiosas e espirituais. É precisamente nesse contexto que se torna possível compreender por que religião, espiritualidade e comunidade continuam ocupando lugar significativo mesmo em sociedades profundamente marcadas pela secularização. A busca humana por sentido não desapareceu — ela apenas passou a manifestar-se em novos contextos e por meio de novas linguagens.

10. MIROSLAV VOLF, RELIGIÃO PÚBLICA E A RECONSTRUÇÃO DO BEM COMUM

A persistência da religião nas sociedades contemporâneas desafia interpretações que associavam modernização e secularização ao desaparecimento progressivo da fé da esfera pública. Em *Uma fé pública: como o cristão pode contribuir para o bem comum* — publicado originalmente como *A Public Faith* (Brazos Press, 2011) e traduzido ao português pela Mundo Cristão em 2018 —, Miroslav Volf situa sua reflexão entre duas tendências opostas: de um lado, perspectivas secularistas que defendem a exclusão das convicções religiosas do debate público; de outro, movimentos religiosos que buscam impor suas visões particulares à sociedade como um todo. Volf procura construir uma alternativa a ambas as posições.

Segundo o autor, a fé pode participar legitimamente da esfera pública desde que o faça por meio do diálogo democrático, do reconhecimento da pluralidade e do compromisso com a dignidade humana. A contribuição pública da religião não decorre de privilégios institucionais, mas de sua capacidade de mobilizar recursos éticos e simbólicos orientados ao bem comum. Como Volf argumenta, "uma fé que busca o bem comum não está em conflito com a democracia pluralista; ao contrário, ela pode ser um de seus mais importantes aliados quando praticada com amor e abertura" (VOLF, 2018, p. 92).

Essa perspectiva possui implicações importantes para o argumento desenvolvido neste artigo. Se a modernidade tardia enfrenta uma crise de pertencimento, reconhecimento e sentido, então a relevância contemporânea da religião não pode ser avaliada apenas pelo número de adeptos ou pela frequência às instituições

religiosas. Ela deve ser analisada também a partir de sua capacidade de produzir solidariedade, hospitalidade e responsabilidade compartilhada. A religião pode funcionar como espaço de reconstrução de vínculos sociais enfraquecidos pela fragmentação contemporânea — não porque elimine conflitos, mas porque oferece linguagens morais, práticas comunitárias e horizontes de significado que favorecem experiências de cooperação e cuidado mútuo.

11. ESPIRITUALIDADE, TRANSCENDÊNCIA E RECONSTRUÇÃO DOS VÍNCULOS HUMANOS

As análises desenvolvidas até aqui permitem identificar um aspecto central da condição humana contemporânea: a secularização modificou profundamente as formas tradicionais de produção de sentido, mas não eliminou a necessidade humana de transcendência. Por transcendência não se entende necessariamente adesão a sistemas religiosos específicos ou aceitação de determinadas doutrinas. A transcendência pode ser compreendida, de forma mais ampla, como abertura a realidades, valores e significados que ultrapassam os interesses imediatos do indivíduo — e que são irredutíveis à lógica do desempenho e do consumo.

Nessa perspectiva, a experiência humana parece caracterizar-se por uma permanente tensão entre imanência e transcendência. Os indivíduos necessitam de autonomia, mas também buscam algo que transcenda seus próprios limites; necessitam de liberdade, mas também de pertencimento; necessitam de singularidade, mas também de comunhão. Essa tensão aparece de diferentes maneiras nas tradições religiosas, nas experiências espirituais, na arte, na contemplação da natureza e nas práticas de solidariedade.

Rosa sugere que experiências de ressonância frequentemente envolvem precisamente essa abertura ao que não pode ser plenamente controlado. O encontro com o outro, a experiência estética, a prática religiosa e o compromisso ético constituem situações nas quais o sujeito deixa de relacionar-se com o mundo apenas em termos instrumentais. Em vez de dominar, escuta; em vez de controlar, responde; em vez de consumir, participa. Essa mudança de postura possui consequências importantes para a compreensão da crise contemporânea: grande parte do sofrimento associado ao individualismo radical decorre da redução da realidade ao horizonte do próprio eu. Quando tudo gira em torno da autorrealização individual, os vínculos tendem a ser instrumentalizados, as relações transformam-se em meios e os outros se tornam recursos. A espiritualidade, em suas diversas manifestações, oferece uma possibilidade alternativa: ela recorda que a existência humana encontra significado não apenas na afirmação do eu, mas também na capacidade de relacionar-se, receber, compartilhar e reconhecer a alteridade.

12. PÓS-SECULARIDADE, RELIGIÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA PLURAL

As discussões contemporâneas sobre secularização têm sido progressivamente complementadas pelo debate em torno da chamada *pós-secularidade*. O termo procura descrever sociedades que, apesar de profundamente modernizadas, continuam convivendo com a presença significativa da religião na esfera pública. As reflexões de Jürgen Habermas tornaram-se particularmente influentes nesse contexto. Em *Entre naturalismo e religião* (2007), Habermas reconhece que as previsões clássicas acerca do desaparecimento gradual da religião não se confirmaram

plenamente. Em vez disso, as democracias contemporâneas convivem com uma pluralidade de visões de mundo religiosas e não religiosas que continuam disputando legitimidade no espaço público — e que, argumenta o autor, precisam desenvolver uma capacidade mútua de tradução de suas linguagens para o diálogo democrático.

Essa perspectiva permite superar uma falsa dicotomia frequentemente presente nos debates sobre modernidade: a questão não consiste em escolher entre uma sociedade religiosa ou secular, mas em construir formas de convivência capazes de articular pluralismo, liberdade de consciência e reconhecimento mútuo. Casanova aprofunda esse ponto ao demonstrar que, em muitos contextos históricos, comunidades religiosas continuam exercendo papel significativo na promoção de direitos humanos, justiça social, solidariedade e participação cidadã. A religião não deve ser compreendida exclusivamente como sobrevivência de formas tradicionais de consciência: pode constituir uma das linguagens por meio das quais indivíduos e grupos interpretam a realidade e participam da construção da vida coletiva.

12.1. Contribuições da Ciência da Religião Brasileira

No contexto brasileiro, diversos pesquisadores da Ciência da Religião têm contribuído para a compreensão dessas transformações. Frank Usarski observa que o estudo acadêmico da religião exige constante atenção à pluralidade das experiências religiosas contemporâneas, evitando tanto reducionismos secularistas quanto interpretações confessionais (USARSKI, 2006). João Décio Passos destaca que a religião continua exercendo funções relevantes de produção de sentido e mediação simbólica, especialmente em contextos

marcados por rápidas transformações sociais. Faustino Teixeira enfatiza a importância da espiritualidade como categoria analítica relevante para compreender novas formas de religiosidade que frequentemente ultrapassam fronteiras institucionais tradicionais.

As análises de Ricardo Mariano e Antônio Flávio Pierucci também oferecem contribuições importantes: ambos demonstraram que o pluralismo religioso brasileiro desafia interpretações lineares da secularização, evidenciando a coexistência de modernização social, diversificação religiosa e permanência da religião na esfera pública. Pierucci, em *O desencantamento do mundo* (Editora 34, 2003), reconstrói os passos do conceito weberiano mostrando sua complexidade e seus limites como chave interpretativa da modernidade brasileira. A Ciência da Religião contemporânea tem progressivamente abandonado interpretações que associam secularização ao desaparecimento inevitável da religião, privilegiando abordagens que procuram compreender os processos de transformação, pluralização e reconfiguração das experiências religiosas em contextos modernos e contemporâneos.

12.2. Individualismo e Religião na Sociedade Contemporânea

Uma questão particularmente relevante para a Ciência da Religião refere-se à relação entre individualismo e religiosidade. À primeira vista, poderia parecer que a expansão da autonomia individual enfraqueceria necessariamente a religião. Diversos estudos, porém, apontam para uma realidade mais complexa: a individualização modifica profundamente a maneira pela qual a religião é vivida, mas não simplesmente a dissolve. Em vez de apenas herdar crenças e práticas de gerações anteriores, os indivíduos contemporâneos tendem a construir trajetórias religiosas mais reflexivas, seletivas e

personalizadas — fenômeno observável tanto no crescimento das espiritualidades não institucionais quanto na reconfiguração das próprias religiões tradicionais.

A fé torna-se cada vez mais objeto de escolha; a pertença, mais voluntária; a identidade religiosa, mais negociada. Paradoxalmente, a mesma cultura que fortalece o individualismo também amplia a busca por experiências de comunidade, autenticidade e significado. Nesse sentido, religião e espiritualidade permanecem relevantes porque respondem a necessidades antropológicas que não desapareceram com a modernidade: a necessidade de pertencimento, reconhecimento, transcendência e esperança. A persistência dessas demandas sugere que a condição humana continua sendo fundamentalmente relacional, mesmo em sociedades que valorizam intensamente a autonomia individual.

13. ENTRE AUTONOMIA E PERTENCIMENTO: CONVERGÊNCIAS ANALÍTICAS

O diálogo desenvolvido ao longo deste artigo permite identificar um elemento comum entre autores oriundos de tradições intelectuais distintas. Embora utilizem categorias diferentes, Taylor, Han, Bauman, Honneth, Rosa e Volf convergem na percepção de que a modernidade tardia produziu uma tensão crescente entre autonomia individual e pertencimento coletivo.

A modernidade ampliou significativamente os espaços de liberdade. Os indivíduos conquistaram direitos civis, liberdade de consciência, autonomia moral e capacidade inédita de definir seus próprios projetos de vida — e qualquer leitura crítica da modernidade precisa reconhecer esses ganhos históricos. Entretanto, as mesmas

transformações que fortaleceram a autonomia também enfraqueceram parte das estruturas responsáveis pela produção de reconhecimento, sentido e solidariedade. O resultado não foi apenas uma sociedade mais livre, mas também uma sociedade mais vulnerável à fragmentação.

Taylor identifica essa transformação na ascensão da cultura da autenticidade; Han a observa na passagem da disciplina para o desempenho; Bauman a descreve por meio da metáfora da liquidez; Honneth a interpreta como crise de reconhecimento; Rosa a compreende como perda de ressonância; Volf a percebe nos desafios enfrentados pela construção do bem comum em sociedades pluralistas. Apesar das diferenças, todos apontam para o mesmo problema antropológico: o ser humano não é apenas indivíduo, mas ser relacional. A tentativa de compreender a realização humana exclusivamente em termos de autonomia revela-se insuficiente. A liberdade permanece indispensável, mas não substitui a necessidade de pertencimento; e o reconhecimento da singularidade individual não elimina a necessidade de vínculos duradouros.

Essa constatação possui implicações diretas para a compreensão da secularização. Durante muito tempo, parte do debate sociológico interpretou a modernidade como processo de emancipação progressiva em relação às tradições religiosas. Embora essa interpretação capture aspectos importantes da realidade, ela não explica adequadamente a persistência contemporânea das buscas espirituais, das experiências religiosas e das formas renovadas de comunidade. A permanência desses fenômenos sugere que a religião continua respondendo a dimensões constitutivas da experiência humana. Não se trata apenas de explicar o mundo ou de

formular crenças: trata-se de habitar o mundo, construir significado e sustentar relações.

14. A ESPERANÇA POSSÍVEL: RELIGIÃO, RECONHECIMENTO E RECONSTRUÇÃO DO HUMANO

Uma das questões mais delicadas presentes nos debates contemporâneos diz respeito à possibilidade de esperança. Os diagnósticos produzidos por Han, Bauman e Rosa são frequentemente interpretados como excessivamente pessimistas. Uma leitura mais cuidadosa, porém, revela que esses autores não anunciam a impossibilidade da vida comum: suas análises procuram identificar os obstáculos que dificultam a construção de relações humanas significativas, precisamente para que possam ser enfrentados.

Nesse contexto, a esperança não deve ser compreendida como simples expectativa otimista em relação ao futuro. Ela pode ser entendida como capacidade de imaginar e construir formas alternativas de convivência — formas que não dependem da eliminação das diferenças, mas da capacidade de conviver com elas; que não exigem uniformidade, mas reconhecimento; que não pressupõem o desaparecimento dos conflitos, mas a construção de formas éticas de enfrentá-los.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Volf sobre hospitalidade, reconciliação e bem comum. A esperança emerge quando os indivíduos conseguem reconhecer-se mutuamente como sujeitos dignos de consideração; quando experiências de ressonância substituem relações puramente instrumentais; quando a solidariedade supera a lógica da competição permanente; quando

comunidades conseguem produzir pertencimento sem suprimir a liberdade. Nesse horizonte, religião e espiritualidade podem desempenhar papel relevante. Não porque detenham respostas definitivas para os problemas da modernidade, nem porque devam ocupar posição privilegiada na esfera pública, mas porque preservam narrativas, símbolos e práticas capazes de alimentar experiências de significado, pertencimento e transcendência. Em uma sociedade marcada pela aceleração, pelo desempenho e pela fragmentação, essas experiências podem funcionar como espaços de resistência cultural: recordam que a dignidade humana não depende exclusivamente da produtividade, que a identidade humana não se reduz ao desempenho e que a existência continua encontrando significado na relação com os outros.

Talvez essa seja uma das principais contribuições que a Ciência da Religião pode oferecer ao debate contemporâneo: ao investigar as múltiplas formas pelas quais os seres humanos constroem sentido, a disciplina ajuda a compreender que a busca por transcendência, reconhecimento e pertencimento não constitui resíduo arcaico de sociedades pré-modernas. Constitui dimensão permanente da condição humana — e é precisamente por essa razão que a religião continua relevante não apesar da modernidade, mas dentro dela.

15. LIMITES E POSSIBILIDADES DA PESQUISA

Como toda investigação de caráter teórico, este estudo apresenta limitações que precisam ser explicitadas.

Em primeiro lugar, a pesquisa concentrou-se predominantemente em autores vinculados ao contexto intelectual europeu e norte-americano, ainda que dialogue com contribuições da Ciência da

Religião brasileira. Tal recorte decorre da relevância desses autores para os debates contemporâneos sobre secularização, individualismo e modernidade tardia, mas não esgota a diversidade de perspectivas possíveis sobre o tema.

Em segundo lugar, o artigo privilegiou análise conceitual e interpretativa, não incorporando dados empíricos provenientes de pesquisas de campo, levantamentos quantitativos ou estudos de caso específicos. As conclusões apresentadas devem ser compreendidas como hipóteses interpretativas fundamentadas em literatura especializada, e não como generalizações empíricas universais.

Por fim, a discussão sobre religião e espiritualidade concentrou-se em sua capacidade de produzir pertencimento, reconhecimento e sentido. Tal enfoque não ignora que experiências religiosas também podem estar associadas a práticas de exclusão, intolerância ou conflito. A opção adotada decorre do interesse específico em investigar os potenciais recursos simbólicos e comunitários que tais experiências podem oferecer diante dos desafios contemporâneos relacionados ao individualismo e à fragmentação social.

16. PERSPECTIVAS PARA PESQUISAS FUTURAS

A reflexão realizada ao longo deste artigo sugere diversas possibilidades de aprofundamento.

Uma primeira agenda de pesquisa consiste em investigar empiricamente a relação entre participação religiosa, pertencimento comunitário e saúde mental em contextos urbanos contemporâneos. Uma segunda possibilidade envolve o estudo das novas formas de espiritualidade não institucionalizada,

especialmente entre indivíduos que se identificam como religiosos sem pertencimento formal ou como espiritualizados sem filiação religiosa específica. Uma terceira agenda promissora diz respeito à análise comparativa entre comunidades religiosas, movimentos sociais e organizações da sociedade civil enquanto espaços produtores de reconhecimento, solidariedade e ressonância. Finalmente, pesquisas futuras poderão explorar mais sistematicamente os impactos das tecnologias digitais sobre a construção da identidade, das formas de pertencimento e das experiências religiosas contemporâneas — dimensão crescentemente central na vida cotidiana e ainda pouco investigada no cruzamento entre sociologia da religião e sociologia digital.

17. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou as relações entre secularização, individualismo, reconhecimento e sofrimento psíquico na modernidade tardia, tomando como eixo central a transformação das condições culturais que estruturam a experiência humana contemporânea.

As contribuições de Charles Taylor permitiram compreender que a secularização não deve ser interpretada simplesmente como desaparecimento da religião, mas como mudança dos horizontes culturais que tornam crença e descrença igualmente possíveis. Peter Berger e José Casanova reforçaram essa perspectiva ao demonstrar que a modernidade produziu processos complexos de diferenciação institucional, pluralização e reconfiguração das formas religiosas — e não uma trajetória linear rumo ao desaparecimento da religião. Casanova, em particular, evidencia que a presença pública das

religiões continua sendo elemento significativo das democracias contemporâneas.

A partir dessa transformação cultural, emergiu aquilo que este artigo denominou *sociedade do sujeito*: um contexto histórico caracterizado pela crescente centralidade da autonomia individual na construção da identidade e dos horizontes de sentido. Como demonstrado por Taylor, essa transformação representou uma conquista importante. Contudo, as reflexões de Byung-Chul Han e Zygmunt Bauman revelam que a ampliação da liberdade foi acompanhada por novas formas de vulnerabilidade. A cultura do desempenho, a liquefação dos vínculos sociais e a responsabilização crescente dos indivíduos por seu próprio sucesso contribuíram para a intensificação de experiências de ansiedade, insegurança e isolamento.

As contribuições de Honneth e Rosa aprofundaram esse diagnóstico ao evidenciar que a realização humana depende de experiências de reconhecimento e ressonância: a identidade não se constitui de maneira isolada, mas emerge de relações sociais capazes de produzir pertencimento, reciprocidade e significado. Sob essa perspectiva, a crise contemporânea revela-se menos uma crise da religião do que uma crise das formas de pertencimento, reconhecimento e construção de sentido — e é precisamente nesse contexto que religião e espiritualidade continuam demonstrando relevância sociocultural.

As reflexões de Volf indicam que a contribuição pública da religião torna-se especialmente significativa quando orientada pelo compromisso com o bem comum, pelo respeito à pluralidade e pela promoção da dignidade humana. O desafio contemporâneo não

consiste em escolher entre autonomia e comunidade, secularização ou religião, liberdade individual ou pertencimento coletivo. A questão central parece residir na capacidade de construir formas de convivência que integrem essas dimensões. A modernidade ampliou a liberdade dos indivíduos. O desafio do século XXI talvez seja ampliar, com a mesma intensidade, as capacidades humanas de reconhecimento, solidariedade e cuidado mútuo.

Nesse horizonte, a Ciência da Religião possui papel particularmente relevante. Ao investigar as múltiplas formas pelas quais os seres humanos constroem sentido, produzem pertencimento e elaboram experiências de transcendência, a disciplina contribui para compreender não apenas as transformações da religião, mas também as transformações da própria condição humana. A permanência da busca por significado, reconhecimento e esperança sugere que, mesmo em sociedades profundamente secularizadas, o ser humano continua sendo um ser relacional, aberto ao outro, ao mundo e a horizontes que transcendem sua própria individualidade. Tal constatação talvez constitua uma das mais importantes lições da modernidade tardia: a autonomia humana floresce plenamente não quando elimina a necessidade dos outros, mas quando encontra formas de conviver criativamente com ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. [Título original: *Liquid Modernity*, Polity Press, 2000.]

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, Peter L. (Org.). *A dessecularização do mundo: uma visão global*. São Paulo: Religião & Sociedade, 2001.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994. [Edição brasileira: *Religiões públicas no mundo moderno*. São Paulo: Paulus, 2018.]

HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. ampliada. Petrópolis: Vozes, 2017. [Título original: *Müdigkeitsgesellschaft*, Matthes & Seitz, 2010.]

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003. [Título original: *Kampf um Anerkennung*, Suhrkamp, 1992.]

MARIANO, Ricardo. Sociologia da religião e seu foco na secularização. In: PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank (org.). *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber*. São Paulo: Editora 34, 2003.

ROSA, Hartmut. *Resonanz. Eine Soziologie der Weltbeziehung*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2016. [Edição em inglês: *Resonance: A Sociology of Our Relationship to the World*. Cambridge: Polity Press, 2019.]

TAYLOR, Charles. *Uma era secular*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

TAYLOR, Charles. *As fontes do self: a construção da identidade moderna*. São Paulo: Loyola, 1997.

TEIXEIRA, Faustino. *A espiritualidade do seguimento*. São Paulo: Paulinas, 1994.

USARSKI, Frank. *Constituintes da Ciência da Religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006.

VOLF, Miroslav. *Uma fé pública: como o cristão pode contribuir para o bem comum*. São Paulo: Mundo Cristão, 2018. [Título original: *A Public Faith*, Brazos Press, 2011.]

¹ Mestrando em Ciência da Religião, PUC-SP; Especialista em Psicopedagogia e Saúde Mental; Licenciado em Pedagogia, Filosofia e Sociologia, PUC-SP. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5476-6550>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9865058959427944>. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)